



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Julho a Setembro de 2018

Ano 43 – Nº 235

Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia



Coco babaçu: o poder das quebradeiras do Maranhão

Pags.: 8 e 9

*Em audiência, testemunhas
de acusação inocentam
Padre Amaro*

Pág.: 7



Foto: Mário Manzi - CPT Nacional

EDITORIAL

Hipocrisia sem limites

Em meio a um crescente descrédito das instituições públicas, sobretudo do Congresso Nacional e de boa parte do Executivo e do Judiciário, acontece uma campanha eleitoral que, de novo, pouco ou quase nada tem. Os discursos são os velhos de sempre. Os candidatos são conhecidos do eleitorado, com alguma saudável exceção.

O que quebrou a monotonia deste período eleitoral foi a tentativa de Lula se manter como candidato, tentativa barrada em todas as instâncias do Judiciário, mesmo tendo a Comissão de Direito Humanos da ONU se manifestado no sentido de garantir o direito de ele pleitear a candidatura.

Outra quebra importante foi a agressão sofrida por Jair Bolsonaro (PSL), atingido por um golpe de faca, quando estava em campanha em Juiz de Fora (MG). Agressão obviamente condenada por todos, mas que, de uma certa forma, foi a resposta de um cidadão inconsequente às cotidianas agressões proferidas pelo candidato e por seus seguidores às mulheres, aos povos e comunidades tradicionais, aos LGBTs, e contra tudo e todos que não se enquadram em seu modo de ver e entender as coisas. Para quem a ditadura militar não foi ditadura, para quem os torturadores são heróis da nação, para quem a violência se combate com mais violência, o atentado sofrido se enquadra na lógica do discurso pregado. Só que as coisas não se resolvem na base da violência, mas do debate civilizado, do diálogo.

No ambiente de pré-campanha, a violência contra os povos e comunidades do campo se mantiveram firmes. Expulsões de famílias e assassinatos de camponeses continuaram a acontecer. Mas nada sacia a sanha dos ruralistas na tentativa de restringir ao máximo os direitos dos povos do campo, caso não seja possível eliminá-los por completo.

Uma das investidas dos senhores do campo se deu no dia 15 de agosto. Neste dia, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a conhecida bancada ruralista, procuraram o ministro da Justiça, Torquato Jardim. O que pretendiam do ministro?

Entre outras coisas, basicamente, garantir que o parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU), que adota a tese do marco temporal para demarcação de terras para povos tradicionais, seja mantido e que sejam suspensos todos os processos de demarcação de Terras Indígenas e quilombolas com base na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), adotada pelo governo Lula. O que mostra a desfaçatez destes ruralistas são os argumentos que empregam para dizer ao ministro que ele deve atender suas reivindicações. Segundo eles, a demarcação destes territórios afronta a ordem e a segurança, além de violar a garantia à propriedade privada e a dignidade humana.

A Constituição brasileira no inciso XXII do artigo 5º diz: “é garantido o direito de propriedade”. Este direito é garantido para todos. Não só para alguns que cada vez querem aumentar mais seu patrimônio. A garantia à propriedade privada é de todos. Como também todos e todas têm direito à dignidade humana que é espezinhada pelos que querem sobrepor os seus “direitos individuais” ao bem coletivo. Não é uma afronta à dignidade humana obrigar milhares e milhares de famílias a viverem em miseráveis acampamentos à beira das estradas ou se amontoarem em favelas sem o mínimo atendimento às suas necessidades básicas?

A hipocrisia dos que ocupam os extratos superiores da sociedade não tem limites.

As eleições conseguirão alterar o quadro atual de nosso país?

Boa leitura!



“Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras”



Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras

O caso do MATOPIBA, Brasil

Especulação de terras e expansão do agonegócio na região conhecida como Matopiba (que abrange áreas nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) são temas do relatório “Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras”. Lançado no mês de agosto deste ano, o documento trata dos impactos causados pela financeirização de terras na região em questão, com destaque para a ação dos fundos de pensão internacionais no processo de transformação da terra em bem financeiro. A publicação, organizada por FIAN Brasil, FIAN Internacional, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, identificou indícios de grilagem de terras por empresas estrangeiras e nacionais e as violações de direitos humanos resultantes das ações de grilagem. Os indícios foram colhidos em caravana realizada entre os dias 6 e 11 de setembro de 2017 por 34 organizações brasileiras e internacionais.

“A Que Preço?”

Lançado no dia 24 de julho, o relatório “A Que Preço?” é uma produção da ONG britânica de atuação internacional, Global Witness. Reunindo dados que concernem os assassinatos de defensoras e defensores da Terra e do Meio Ambiente, em 2017, a publicação cita o Brasil como país mais perigoso para essas pessoas, com 57 mortes. Utilizando metodologia e categorização próprias, o relatório tem como uma das fontes de dados a publicação “Conflitos no Campo Brasil”, da CPT. Em análises, a publicação da ONG britânica adereça os altos índices de assassinatos a governos e a atuação de empresas.



A QUE PREÇO?

Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do meio ambiente em 2017



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom André de Witte

Vice-presidente
Dom José Ionilton

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Isolete Wichinieski
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques (Reg. Prof.: 0003705/GO)
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0005157/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO



ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações cpt@cptnacional.org.br
Tiragem: 3.750 exemplares



Organizações sociais celebram 60 anos de cooperação da agência Misereor com o Brasil

A Obra Episcopal da Igreja Católica Alemã para a Cooperação e o Desenvolvimento – Misereor comemorou, no dia 27 agosto, 60 anos de fundação. Organizada pelo Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais (CAIS), a celebração ecumênica, realizada na Casa de Retiros Assunção, em Brasília, reuniu dezenas de parceiros, movimentos sociais, pastorais, organismos eclesiais e amigos da instituição.

Na acolhida da celebração, o padre Gabriele Cipirani, presidente do CAIS, saudou os/as participantes e destacou a presença das diversas instituições presentes. Ele lembrou a data de fundação de Misereor, 17 de agosto de 1958, recordando o movimento dos católicos alemães daquele tempo que desejavam socorrer os irmãos e as irmãs necessitados. “Já são seis décadas de cooperação direta, mas também de muita influência política em temas globais, tais como comércio justo,



Foto: Thiago Miotto - CIMI

migrações, povos tradicionais e a defesa da Criação. Alegremo-nos, neste dia, para fortalecer a esperança e cultivar a força do compromisso, especialmente nos tempos difíceis de tantos retrocessos e ameaças aos direitos e à democracia em nosso país”, afirmou Cipirani.

Regina Reinert, representante de Misereor no Brasil, fez memória das diversas conquistas da instituição mundo afora. Ela recordou a Campanha da Fra-

ternidade realizada na África do Sul contra o *Apartheid*, a Campanha em Defesa dos Direitos Humanos de pessoas LGBT, dentre outras que, segundo ela, “raramente são contadas”. Lembrou, ainda, do foco de ação da instituição e de parcerias em ações concretas no Brasil, como a Campanha da Fraternidade de 2016, juntamente com o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) e da Campanha de Dom Luiz Flávio Ca-

ppio contra a transposição do Rio São Francisco. Ao recordar o texto bíblico que inspira a criação de Misereor, Regina afirmou que “esta compaixão é ainda muito necessária”.

O Sínodo para a Amazônia foi lembrado na celebração. De acordo com Regina, “este Sínodo é apenas o começo. Vamos fazer o nosso Sínodo para a Amazônia antes, durante e depois”. Para ela, o Sínodo é uma oportunidade de se repensar muitos processos e projetos na Igreja em vista dos mais vulneráveis. “Vamos aproveitar do Sínodo para colocar nele os nossos sonhos!”, afirmou Reinert.

Participaram ainda da celebração, contribuindo com reflexões e orações, dom Roque Paloschi, arcebispo de Porto Velho (RO) e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra (BA), e dom Demétrio Valentini, bispo emérito de Jale e vice-presidente do CAIS. Na celebração, os participantes foram convidados a refundar, hoje, a Misereor e a repensar sua relação com a instituição. (Fonte: REPAM)

Morre dona Dijé, liderança, quebradeira de coco e quilombola

Faleceu na madrugada do dia 14 de setembro dona Maria de Jesus Bringelo, a dona Dijé. Mulher negra, quilombola, quebradeira de coco babaçu, um referencial como ser humano e para a luta dos povos e comunidades tradicionais, ela deixa um grande legado para os povos e comunidades tradicionais do Brasil. Confira a Nota divulgada pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB):



Foto: Andressa Zumpano

Uma mãe palmeira se despede

A notícia que não queríamos dar... esta noite perdemos uma grande mulher, mãe, avó, liderança faleceu de infarto fulminante dona Maria de Jesus Bringelo, dona Dijé. Mulher negra, quilombola, quebradeira de coco babaçu, um referencial como ser humano e para a luta dos povos e comunidades tradicionais. Uma profunda tristeza invade os nossos corações e custamos a acreditar que não mais compartilharemos de seu sorriso, de sua adorável companhia do seu jeito firme e suave de se posicionar. Ficam a história, o aprendizado e o exemplo quem sem-

pre lutou pelos direitos das mulheres, dos quilombolas, dos indígenas, dos pct's. De quem sempre lutou pelo acesso livre ao território. Como ela mesma falava “Nós queremos o território para nascer, viver, germinar e morrer”. E foi assim, no quilombo Monte Alegre que ela se despediu. Nós e as florestas de babaçuais sentimos a sua falta. Segue Mãe Palmeira teu caminho. Tua trajetória foi vitoriosa e teus ensinamentos já fizeram e reforçaram a luta pela liberdade e dignidade dos povos.

Dijé presente!

Com pesar, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

Acampados e assentados do Norte do Mato Grosso unem forças

Comunidades da região Norte do Mato Grosso acompanhadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizaram, nos dias 8 e 9 de setembro, intercâmbio no PDS Nova Conquista II, no município de Novo Mundo, a cerca de 800 quilômetros de Cuiabá.

O intercâmbio dos oito grupos – formados por cerca de 400 famílias dos municípios de Novo Mundo, Nova Guarita, Terra Nova do Norte e Nova Canaã – foi realizado no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Nova Conquista II, que é considerado um lugar emblemático, onde estão assentadas 96 famílias em uma área inicialmente grilada pelo agronegócio.

Mulheres e jovens se reuniram em espaços separados, nos quais trocaram inquietudes, mas também buscaram se articular. Acesso à Justiça e direitos na luta pela e na terra e papel dos órgãos públicos foram alguns dos temas debatidos.

Também foram temas de for-



Foto: Comunicação MAB

mação as propostas de agroecologia, de organização para produção e geração de renda. As conclusões do intercâmbio apontaram a necessidade de agregar mais ativamente os/as participantes na organização de cada grupo, e de retomar as reuniões mensais das coordenação dos mesmos, com objetivo de acessar a terra, resistir na luta e conseguir novas conquistas, superando as limitações e fortalecendo as lutas, com formação, organização dos acampamentos, coordenação colegiada dos grupos com reuniões agendadas, troca de experiências e infraestrutura organizativa.

(Fonte: Josep Iborra Plans – da Articulação das CPT's da Amazônia)

FORMAÇÃO

Os rostos, pés e corpos da Amazônia e a luta comum

O II Encontro das agentes e dos agentes da Articulação das CPT's da Amazônia, realizado em Manaus (AM) de 28 a 30 de agosto, promoveu a partilha de histórias e o intercâmbio de experiências, com o intuito de construir um imaginário diverso da Amazônia e da luta comum travada nela.

CRISTIANE PASSOS*

De acordo com o professor Nirson Medeiros, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), muitos dos conflitos enfrentados na região amazônica passam, necessariamente, por questões de terras, acessos e controle de recursos naturais, além de conflitos internos das comunidades e também conflitos identitários e de reconhecimento das mesmas.

Da partilha das experiências dos regionais da CPT presentes na Amazônia, vieram as metodologias construídas conjuntamente, observando e respeitando o modo de vida tradicional dessas comunidades, em consonância com a floresta. Do Acre veio o início do trabalho direto com as comunidades tradicionais, em especial os seringueiros. Do Amapá veio a experiência de resistência do quilombo

Conceição do Macacoari. No Amazonas, em janeiro desse ano as famílias da comunidade de Manacapuru sofreram com a derrubada de algumas casas após ação de reintegração de posse. No município de Itacoatiara, a CPT sempre acompanhou famílias que sofrem pressão para deixar uma área, cujos

juízes concederam a reintegração, mas não estão querendo assumir que erraram. Em Presidente Figueiredo, os casos mais graves são ligados a uma grilagem, conhecida como grilagem paulista, por ter ligação com grileiros que são do estado de São Paulo. Em Lábrea, a equipe da CPT trabalha junto a unidades de conservação.

Do estado de Roraima veio a experiência da agricultura familiar aliada à ideia do bem viver. O maior trabalho é manter o povo no campo com dignidade. O Maranhão compartilhou a experiência da Teia dos Povos Tradicionais, que é realizada duas vezes ao ano, e reúne várias comunidades tradicionais, como quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, indígenas, geraizeiras, entre outras. O estado do Mato Grosso, maior produtor de grãos e também o maior usuário de venenos, compartilhou a experiência

de acompanhar famílias sem-terra que foram assentadas em uma antiga fazenda de soja. O estado do Pará compartilhou a experiência de construção, junto às comunidades, dos protocolos de consulta das comunidades tradicionais. Rondônia apresentou um vídeo da festa do divino da comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira, mostrando a resistência cultural e religiosa dessas comunidades.

Para o padre Ricardo Castro, da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM) e do Instituto de Teologia Pastoral e Ensino Superior da Amazônia (Itepes), “além do aspecto geográfico diversificado e do aspecto histórico e cultural, temos que levar em consideração também a questão mística, misteriosa, da vida dos nossos povos, isso faz com que a terra não seja somente um pedaço de terra, não seja somente geografia, ela é transcendental, esse mistificar o aspecto da terra é importante”, disse.



Terra, regularização fundiária e mercado financeiro norteiam formação de agentes da CPT

Promovido pela Articulação das CPT's do Cerrado, o Encontro de Formação de Agentes do Cerrado teve como tema a “Financeirização de terras e regularização fundiária”. A atividade ocorreu entre os dias 30 de agosto e 02 de setembro no município de Hidrolândia (GO).

ELVIS MARQUES*

“Regularização fundiária e a grilagem de terras são dois temas que estão intimamente relacionados”, disse, logo no início do evento, Maurício Correia, da Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais da Bahia (AATR). O Encontro de Formação buscou contextualizar, por exemplo, a relação entre a Regularização Fundiária no Piauí e o Banco Mundial, os investimentos estrangeiros em terras no Brasil e seus respectivos impactos às comunidades e povos do campo, e o quanto a terra brasileira está, hoje, presente no mercado financeiro.

O advogado popular foi uma das pessoas que contribuíram com a formação dos cerca de 30 agentes da CPT nesses três dias de encontro. Também abordaram essa temática o professor do mestrado em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás (UFG), Cláudio Maia; a doutoranda

da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Carla Morsch; o mestrando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, e Agricultura e Sociedade pela UFRRJ, Orlando Aleixo Junior; e o pesquisador da Rede Social de Direitos Humanos e doutorando, Fábio Pitta.

Para o integrante da AATR, considerando todo o processo de regularização fundiária e que a legislação de terras do Brasil foi herdada período de colonização de Portugal, “é nítido que o que existiu durante estes cinco séculos foi um processo de expropriação dos povos originários, de não resolução dos problemas fundiários e de uma vasta e complexa legislação, uma sobre a outra, que não resolvem os problemas fundiários. O Brasil só resolveria a questão fundiária se fizesse um reordenamento fundiário em todo o País, o que está no plano da utopia”, contextualiza.



Corrida mundial por terras

Apesar de não ser possível fazer um inventário confiável, alguns dados estimam que a transferência global de terras agricultáveis fosse de aproximadamente 4 milhões de hectares por ano antes de 2008, conforme informações do Banco Mundial apresentadas no encontro pela pesquisadora

Carla Morsch. Já no ano passado, em novembro de 2017, o portal Land Matrix havia registrado, em escala global, 1.340 investimentos em terras que recobriam uma área de aproximadamente 49 milhões de hectares.

No caso do Brasil, mais especificamente na região Oeste da Bahia, por exemplo, Carla tem realizado um mapeamento sobre os investimentos estrangeiros em municípios como Cotegipe e Mansidão. A pesquisa mostra, a princípio, que há pelo menos 59 empresas, de 14 nacionalidades, que estão investindo no mercado de terras apenas em municípios dessa região da Bahia. Para a doutoranda, essa história está longe do fim, pois o mercado de terras é uma tendência de investimentos crescente já que a terra não tem perda financeira e está em alta.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

PROTESTO

Sete lutadores e lutadoras com fome de justiça

Por 26 dias, militantes de movimentos sociais estiveram em Greve de Fome por Justiça no STF. No mundo, “a greve de fome sempre foi arma de pessoas de extrema grandeza humana”, manifestou, em artigo, Roberto Malvezzi.

ELVIS MARQUES*

Dia 31 de julho de 2018, 16 horas, em frente ao Supremo Tribunal de Justiça (STF). Nesta data, horário e local, Frei Sérgio Görge e Rafaela Alves, ambos do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); Luiz Gonzaga, conhecido como Gegê, da Central dos Movimentos Populares (CMP); e Jaime Amorim, Zonália Santos e Vilmar Pacífico, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) iniciavam a Greve de Fome por Justiça no STF, que duraria 26 dias. Alguns dias depois, Leonardo Soares, do Levante Popular da Juventude, também se somou aos colegas.

“Coloquei-me para fazer a greve de fome, pois ainda tenho essa opção, para que tantos outros não venham a passar fome, não venham a chegar a morrer de fome, pois nosso país está tomando um rumo muito complicado”, explicou, naquele momento, Zonália. Após o ato de início da greve, os/as militantes seguiram rumo ao Centro Cultural de Brasília (CCB), onde ficaram alojados/as por todos esses dias.

a greve contra a Reforma da Previdência, em 2017, da qual participou Frei Sérgio – a reforma teve votação suspensa e ainda não foi retomada.

Assim como a integrante da Via Campesina, 30 outras pessoas formaram uma equipe permanente que se dividia entre o cuidado com os/as grevistas, a infraestrutura do espaço, e a logística de deslocamento para atos que ocorreram nesse período, como vigílias e celebrações ecumênicas, e reuniões com ministros do STF. “Tivemos uma equipe de profissionais que deu suporte durante todos esses dias, médicos e médicas da rede de médicos populares, psicólogos, massagistas, e muitos outros”, relembra Joselita.

Solidariedade

Ao longo desses quase 30 dias em greve de fome, foram inúmeras as visitas em solidariedade aos militantes, como a do Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, o teólogo Leonardo Boff, o vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Darci Frigo; e de polí-



Foto: Adilvane Spezia - MPA

Marluce Melo, da CPT Regional Nordeste 2, dizia assim: “Tem tempo para tudo: tempo para lutar, tempo para festejar e se alegrar, tempo para protestar e jejuar. Hoje é tempo de protestar e jejuar, para que o deserto estéril do Estado brasileiro e sua atual política se torne um vale húmido, agradável e fecundo”.

Encerramento

No dia 25 de agosto, uma manhã de sábado, Frei Sérgio, Rafaela, Gegê, Jaime, Zonália, Vilmar, e Leonardo Soares encerravam, durante um ato que reuniu dezenas de pessoas, a Greve de Fome por Justiça no STF. “Ao longo dos 26 dias, foi feito um grande debate com a sociedade brasileira, denunciando a volta da fome, e mostrando para o mundo as consequências do golpe, o aumento da violência, o abandono dos mais pobres por parte do estado e o papel que o poder judiciário exerceu para que isso acontecesse”, manifestou, em nome dos/as grevistas, Jaime Amorim.

No discurso de encerramento da ação, os/as grevistas disseram ainda acreditar que cumpriram “um papel importante, ajudamos a mobilizar e organizar o povo, colocamos em pauta novas perspectivas para este país, evocamos a ideia de um Brasil-Nação para todos os brasileiros. Nós saímos da greve para um outro patamar da luta, seguiremos lutando pela liberdade de Lula, mas olhamos para a

frente vislumbrando o Congresso do Povo e a consolidação da Frente Brasil Popular como um instrumento de desenvolvimento político e social para toda nossa gente, abrigando a nova militância que surgiu da resistência ao golpe e vem crescendo cada vez mais, uma militância sem vícios, que está disposta a ajudar a construir uma nova história possível e necessária”, explicou Amorim.

Mundo

“A greve de fome sempre foi arma de pessoas de extrema grandeza humana. Recorreram a ela Gandhi pela libertação da Índia, Luther King pelo fim do apartheid nos Estados Unidos, Mandela pelo fim do apartheid na África do Sul, índios Mapuche dentro da prisão pela liberdade de seus prisioneiros e pela defesa de suas terras, assim por diante”, explicou, em artigo, Roberto Malvezzi, o Gogó.

No Reino Unido, há exatamente um século, as mulheres, após muita luta, conseguiram o direito ao voto. E uma das ferramentas de protesto foi o jejum, assim como nos Estados Unidos. Já mais recentemente, no mês de abril do ano passado, cerca de 1.300 palestinos presos em Israel realizaram greve de fome contra abusos da administração penitenciária israelense.

Por que a Greve de Fome?

- Para denunciar a volta da fome, o sofrimento e o abandono dos mais pobres, sobretudo das periferias, os negros, indígenas, sem-terra, assentados, quilombolas, desempregados;
- Para denunciar o aumento da violência que ataca, sobretudo, mulheres, jovens, negros e LGBTs;
- Para denunciar a situação dos doentes, da saúde pública, das pessoas com deficiência, a volta das epidemias e da mortalidade de crianças;
- E para apelar ao STF pelo fim das condenações sem crime, das prisões ilegais sem amparo na Constituição e pela libertação imediata do presidente Lula;
- Para defender a volta da plenitude da democracia e a vigência integral dos direitos fundamentais presentes na Constituição Federal, hoje negada e pisoteada;

“A greve de fome é uma ferramenta de luta que usamos quando todos os recursos já se esgotaram”, definiu assim a secretária da Via Campesina no Brasil, Joselita Tavares, que não pôde fazer o jejum, mas esteve todos os dias ao lado dos/as grevistas, prestando assistência e apoio. Mulher que possui um longo histórico de luta junto a grevistas de fome. Ela acompanhou as duas greves de Dom Luiz Cappio, em 2005 e 2007, ambas contra a transposição do Rio São Francisco, e

ticos e políticas como Vanessa Grazziotin (PCdoB), Eduardo Suplicy (PT), Roberto Requião (MDB), Fernando Haddad (PT), Manuela D’Ávila (PCdoB), e diversos outros.

Já no dia 22 de agosto, os/as integrantes da Secretaria Nacional da CPT, Antônio Canuto, Cristiane Passos, Paula Pereira e Elvis Marques, levaram o abraço solidário e várias mensagens dos/as agentes da CPT para as sete pessoas em greve de fome. Uma das cartas levadas, a de

MISSÃO PASTORAL

III Encontro Nacional da Articulação das Pastorais do Campo divulga documentos a respeito do contexto político

Foram redigidas Carta denunciando os retrocessos vividos por movimentos sociais e Moção de apoio a manifestantes em greve de fome no STF pela liberdade de Lula.

MÁRIO MANZI*

Realizado entre os dias 03 e 05 de agosto em Luziânia (GO), o III Encontro Nacional da Articulação das Pastorais do Campo reuniu por volta de 50 agentes pastorais de todo o Brasil, com o intuito de abordar temas, como os atuais contextos político, eclesial e socioambiental do país.

Os participantes provenientes de Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas Brasileira, Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Serviço Pastoral do Migrante (SPM), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Conselho Indigenista Missionário (Cimi) empreender o Encontro no Centro de Formação Vicente Cañas. Uma das finalidades se constituiu em empreender um levantamento das estratégias empreendidas pelas pastorais do campo e, sobre isso, formular um posicionamento político específico acerca do processo eleitoral que se avizinha.

O primeiro dia dedicou-se à análise de conjuntura, que foi conduzida pelo economista Guilherme Delgado e pela coordenadora nacional da CPT, Isolete Wichinieski.

Para o segundo dia, os participantes foram divididos em cinco grupos. Os eixos a que se dedicaram estes grupos foram: Enraizamento; Formação; Articulação Externa; Comunicação e Mobilização. Destes eixos, foram selecionados os pontos que tratavam das Eleições 2018 e agrupados em um eixo específico. As discussões foram realizadas por meio de rodas de conversas e foram levantados pontos como avanços, fragilidades e estratégias já realizadas pelas pastorais.

O encerramento do III Encontro Nacional da Articulação das Pastorais do Campo foi aberto com a discussão plenária acerca de dois documentos produzidos durante os três dias de atividades, são eles “Carta do Terceiro Encontro Nacional das

Pastorais do Campo” e “Moção de Apoio e Solidariedade as Companheiras e Companheiros em Greve de Fome por Justiça no STF”.

A carta em questão tratou do contexto político atual enfrentado por povos tradicionais, Pastorais do Campo e demais movimentos sociais. O documento, além de denunciar a continuidade do golpe, personificada nos retrocessos que pautam o Governo Temer, e o contexto de manipulações midiática e jurídica em vigência, também convocou povos atingidos por esse cenário a utilizarem da união como ferramenta de enfrentamento.

Para Cléber César Buzatto, secretário executivo do Cimi, a carta se constituiu como “posicionamento das organizações das Pastorais do Campo, acerca da atual situação política, reafirmando a causa [das Pastorais], em defesa de uma sociedade justa, pluricultural, pluriétnica,

fazendo frente às agressões que a sociedade vem sofrendo”.

O segundo documento, a moção, redigida coletivamente, evidenciou a pertinência da ação de Zonália Santos, Rafaela Alves, Jaime Amorim, Luiz Gonzaga, Vilmar Pacífico, Frei Sérgio Górgen e Leonardo Soares.



Foto: Mário Manzi - CPT Nacional

Os sete manifestantes protocolaram manifesto em favor da liberdade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 31 de julho deste ano, e permaneceram em greve de fome por um total de 26 dias. A moção teve como objetivo expressar a sensibilidade das Pastorais à iniciativa do grupo e ressaltar a coragem dos manifestantes em confrontar a “onda de políticas antidemocráticas e de extermínio do governo Golpista de Michel Temer”.

Em seguida às discussões sobre a moção e a carta, a plenária iniciou a leitura das estratégias resultado dos apontamentos feitos durante o Encontro pelos grupos de trabalho.

As linhas apontadas buscaram abordar o planejamento conjunto – entre as Pastorais do Campo – para o período dos próximos três anos. Um dos pontos que permeou as linhas de ação a curto prazo foi o processo eleitoral de 2018, desta forma, os grupos de trabalho estabeleceram estratégias a curto prazo a fim de reforçar a participação dos movimentos sociais nas eleições que se avizinham.

A conclusão do Encontro ocorreu após realização de mística relembrando mártires e personalidades que marcaram ou inspiraram as Pastorais do Campo. O momento também foi destinado à avaliação das atividades, segundo divisão em

grandes regiões. Foram apreciados pontos favoráveis e desfavoráveis a fim de iniciar a preparação para o próximo Encontro.

Abaixo, confira alguns pontos da Carta do III Encontro Nacional da Articulação das Pastorais do Campo:

- Reafirmamos nosso compromisso evangelizador, levando a Boa Nova da libertação junto aos povos indígenas, comunidades tradicionais, pescadoras e pescadores e camponesas e camponeses, em defesa dos seus territórios, dos seus modos de vida e de suas culturas, que garantem a diversidade alimentar e subsistência da humanidade.
- A nossa união é o principal instrumento de ação contra a força do capital, especialmente em um momento em que a idolatria do mercado está espoliando os bens coletivos da criação, confiados aos povos da terra, das águas, e das florestas. Este contexto coloca em risco a casa comum, os direitos ancestrais dos povos; o clima de nosso planeta e a soberania alimentar e nacional.
- Rejeitamos as iniciativas em curso, materializadas em políticas que tem como objetivo entregar os territórios e as águas aos grupos que representam o capital privado, sejam fazendeiros, madeireiros, mineradoras, petroleiros e aqueles vestidos de mecanismos ambientalmente sustentáveis.
- Nestes tempos tão conturbados e duros contra os povos, precisamos ouvir os sinais do Espírito, renovando nosso compromisso evangélico, e depurar as estruturas de fé de nossas igrejas. Convertemo-nos, nós mesmos, aos ideais mais puros do Reino.
- Reafirmamos nossa posição anticapitalista e antifascista contra a frente neoliberal, a favor da consolidação da perspectiva do Bem Viver e da construção do Reino até a plena libertação dos povos.



Foto: Mário Manzi - CPT Nacional

CRIMINALIZAÇÃO

Em liberdade, padre Amaro vai a audiência de instrução e julgamento

Arroladas pela acusação, ao menos quatro pessoas foram ouvidas em primeira audiência e inocentaram Amaro.

MÁRIO MANZI*

Preso desde o dia 03 de março deste ano, padre José Amaro Lopes foi posto em liberdade após concessão de habeas corpus, em 28 de junho, por parte do ministro Rogério Schietti Cruz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Indiciado por um total de sete crimes, a partir de denúncias feitas por fazendeiros da região de Anapu (PA), Amaro, que era considerado braço direito de irmã Dorothy Stang, havia sido levado à mesma penitenciária onde Regivaldo Pereira Galvão, o “Taradão”, cumpria pena pela morte da missionária.

O contexto da prisão e a validade das acusações foram contestadas pela sociedade civil e movimentos sociais que,

participou de audiência de Instrução e Julgamento no dia 12 de setembro. O juiz Esdras Murta Bispo, que conduziu a sessão, avaliou pela divisão da audiência em dois momentos: o dia corrente, dedicado à oitiva de supostas vítimas e inquirição das testemunhas de acusação, e o dia 07 de novembro de 2018, dedicado a ouvir as testemunhas de defesa bem como tomar declarações de padre Amaro.

Os primeiros a serem ouvidos nesta primeira audiência, em maioria fazendeiros que alegam terem sido vítimas de extorsão e esbulho possessório por parte de Amaro, foram sucedidos pelas testemunhas de acusação.

Das 17 pessoas arroladas pelo Ministério Público e assistentes de acusa-

ção, não foi juntado aos autos do processo.

Na avaliação de Marco Apolo Santana Leão, que compõe a equipe jurídica de defesa de Amaro, “[as supostas vítimas] têm interesses pessoais em criminalizar o Padre Amaro, assim como tentaram fazer com Dorothy”.

A equipe jurídica que defende padre Amaro aponta para diversas fragilidades reportadas no processo. São consideradas inconsistentes as provas de acusação, como por exemplo, a de esbulho possessório. Em um dos depoimentos não há a indicação da propriedade alvo de esbulho. Há também inconsistência de provas e contradições quando acareados os testemunhos que já constam no processo.

sejam feitas “razões finais” e em seguida segue concluso para o juiz proferir a sentença (primeiro grau).

Solidariedade

A prisão de padre Amaro provocou uma série de manifestações no Brasil e no exterior. Conforme classificou Nota Pública divulgada pela CPT Regional Pará, “esta prisão representa mais umas das inúmeras violências que o Padre Amaro, trabalhadores e as irmãs de Notre Dame, sofrem naquele município há décadas”.

Também endossaram o posicionamento a favor da liberdade dom João Muniz Alves, bispo do Xingu, e dom Erwin Kräutler, bispo emérito do Xingu; Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC); Irmãs de Notre Dame de Namur, Breves – Prelazia do Marajó; Ccfid-terre solidaire / Secours Catholique – Caritas France; Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz; Dom Vital Corbellini – Bispo de Marabá – PA; Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil); Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Frente Brasil Popular, Movimento Negro, Coletivo de Mulheres do Xingu, Movimento de Mulheres Campo e Cidade, Pastoral da Juventude, Comissão Justiça e Paz, Coletivo de Mulheres Negras Maria Maria, Casa de Educação Popular, Levante Popular da Juventude, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Pastoral da Criança, Fórum em Defesa de Altamira, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri), Sindicato dos trabalhadores de Educação Pública do Pará (Sintepp Regional), Mutirão Pela Cidadania, Associação de Mulheres Altamira Região, Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais do Pará (Sintsep), Associação de Mulheres Trabalhadores de Brasil Novo (Amtaban); Diocese de Santarém; Comissão Justiça e Paz de Santarém.



Foto: Mário Manzi - CPT Nacional

Isolamento

O Fórum da Comarca de Anapu, localizado na rua Duque de Caxias, foi isolado pelo policiamento, o que impediu a entrada de apoiadores de Amaro. Estes, entretanto, realizaram vigília em frente ao isolamento, carregando faixas e realizando orações. O bispo da Prelazia do Xingu, dom João Muniz Alves, padres e irmãs, foram ao local prestar solidariedade a padre Amaro.

No dia 07 de novembro, em Anapu, serão ouvidas as testemunhas de defesa e padre Amaro. Até lá serão realizadas audiências de precatórias nas cidades de Altamira, Belém e Marabá. Podendo haver também diligências determinadas pelo juiz.

Decisão

Apesar de já ter sido realizada esta primeira audiência, ainda não há possibilidade de decisão. Este primeiro momento foi dedicado a ouvir parte das testemunhas. Após as audiências – e encerrada a fase de instrução – o juiz abre um prazo para Ministério Público e assistentes de acusação oferecerem as alegações finais. Em seguida, o processo retorna à defesa para que

juntos à CPT, iniciaram a campanha “Padre Amaro Livre!”. O ministro do STJ, quando da concessão do benefício de habeas corpus a Amaro, chegou a questionar a palpabilidade de uma das denúncias constantes do processo, em que passaram a listar as acusações de esbulho possessório, extorsão, associação criminosa e lavagem de dinheiro. Esbulho possessório é quando a posse de um bem (propriedade) é retirada por outra pessoa por meio da força, sem que haja qualquer legitimidade no ato de invasão que constituiu o crime.

Em liberdade, padre Amaro par-

te, 16 estiveram presentes. Destas, nem todas fizeram constar, nas declarações perante o juiz, acusações contra o padre, tendo havido, inclusive, ao menos quatro testemunhas (camponeses da região) que contradisseram as acusações imputadas a Amaro.

Em um dos depoimentos, uma das testemunhas, quando perguntada acerca das supostas práticas delituosas do padre, chegou a dizer “Sinceramente, não sei o que estou fazendo aqui”. A inquirição da última testemunha, a ser ouvida no dia, foi suspensa, vez que o depoimento prestado durante o inquérito,

QUEBRADEIRAS D

DO COCO BABAÇU o poder das quebradeiras

CRISTIANE PASSOS*

Da palmeira do babaçu tudo se aproveita, frutos, folhas, estipe, raízes e flores. Essa árvore, que pode atingir 30 metros de altura, pode ser encontrada no Brasil, mas também em outros países da América do Sul, como Suriname, Guiana e Bolívia. Em nosso país chega a ocupar uma área de aproximadamente 25 milhões de hectares e se espalha, principalmente, pelos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Mato Grosso. Além de ser encontrada, também, em menor quantidade, em Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia, Tocantins e Goiás. Seu nome vem do tupi-guarani, *ibá-guaçu*, e significa “fruto grande”, mas para as quebradeiras de coco babaçu, a palmeira é conhecida como mãe. A palmeira faz parte da vida delas, das suas famílias e geriu sua identidade. Em depoimento durante uma reunião, as quebradeiras de coco confidenciaram que “quem passa a vida inteira no cocal conversa com a palmeira e ela responde. Do jeito que a gente está, ela está. Do jeito que a gente sofre, ela sofre também”.

O ofício, aprendido de geração a geração, sustenta há séculos famílias esquecidas num Brasil interiorano, de riquezas naturais, abundância de recursos e, também, de especulação territorial e conflitos rurais. A essas mulheres, munidas de seus cofos (cestos feitos de palha de babaçu para carregar os cocos) e machados, coube enfrentar jagunços, cercas, o machismo, e mesmo a pobreza e a negação do Estado em reconhecer seus direitos, ancestralmente adquiridos. Ao assumirem o ofício do babaçu, passaram a se denominar como quebradeiras de coco babaçu. No início não foi fácil, foram muito discriminadas. Algumas tinham vergonha de dizer o que faziam, outras, os filhos e filhas também não diziam o que as mães e avós faziam. Mas com o tempo, passaram não só a ter orgulho de sua atividade, mas a defender a importância do que fazem para a economia local e para a sobrevivência das comunidades.



Foto: Thomas Bauer - CPT/Bahia

Com o passar do tempo, essas mulheres passaram a reforçar sua identidade coletiva, enquanto se reuniam para quebrar o coco, muitas vezes nos quintais das casas de algumas delas. O momento era compartilhado também pelas angústias que cada uma trazia, as violências do cotidiano do lar, as dificuldades no sustento da família e os desejos de uma vida menos dura pela frente. Nos anos 1980 explodiram os conflitos de terras, disputas que ameaçavam os territórios tradicionais, ocupados por anos e anos pelos mesmos grupos, mas que não possuíam documentação reconhecida judicialmente. Grileiros e fazendeiros, de forma violenta, ameaçavam e expulsavam essas comunidades, cercavam a mata, afastavam as famílias do babaçual, renegavam a elas pequenos pedaços de terra, onde não era possível fazer roça e nem acessar o babaçu. Nesse mesmo período, as quebradeiras ingressaram no movimento sindical e puderam ter contato com mulheres que exerciam o mesmo ofício em outros estados, e muitas delas enfrentavam os mesmos conflitos. Perceberam, então, que não estavam sozinhas. Outras compartilhavam dos mesmos afazeres e, também, dos mesmos problemas. Para, então, a partir dessa união se fortalecerem, foi criado no início dos anos 1990, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

O estado do Maranhão, o que possui o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dentre os que se destacam pela presença da palmeira em sua vegetação e um dos menores do Brasil, 0,68, concentra boa parte das quebradeiras de coco babaçu. Extremamente empobrecido por anos seguidos de exploração e má administração

pública, o estado amarga outros índices devastadores para sua população. O município de Dom Pedro, de apenas 65 anos, localizado no Centro Maranhense, não foge à regra. A região enfrenta a mesma dificuldade que o resto do estado, assim como as quebradeiras mantêm a mesma luta e resistência que as demais espalhadas em outras regiões do Maranhão. A comunidade do Centro dos Pretinhos ilustra bem isso.

Os primeiros latifundiários a ameaçar a comunidade Centro dos Pretinhos foram os “Tônicos”, depois veio o Curió, atual vice-prefeito de Dom Pedro. A comunidade tem cerca de 200 anos. Vive hoje imprensada entre a cerca e a estrada. Francisca Sheila, de 23 anos, é a atual presidente da Associação de Quebradeiras de Coco da Comunidade. Ela é filha e neta de quebradeiras. Apesar de dizer que a mãe não desejava que ela seguisse essa atividade, foi ela mesma quem a ensinou

Foto: Thomas Bauer - CPT/Bahia



como quebrar coco, “porque não sabemos do amanhã e da precisão que vamos ter, então ela me ensinou pois achou que eu tinha que saber”. E ela não apenas seguiu como hoje é uma liderança das mulheres locais.

Quando a Associação começou, mais ou menos em 2013, eram 15 quebradeiras associadas, hoje são apenas sete. Mas toda a comunidade quebra coco, mesmo que o faça em casa. A diminuição das associadas apenas mostra o receio de algumas mulheres em ter seu nome vinculado a iniciativas de organização popular, que acabam despertando o ódio dos latifundiários contrários ao livre acesso das quebradeiras aos babaçuais. “Algumas de vocês ainda vão acordar com a boca cheia de formigas”, elas ouviram algumas vezes. Não se deixaram esmorecer. Pelo contrário, se organizaram, passaram a andar em grupo e não deixaram de entrar nos babaçuais. As não associadas também as seguem. Não querem seus nomes como prova de resistência, mas seguem resistindo, pois assim fazem as mulheres dessa região. A elas pouca coisa assusta e menos coisas ainda as impedem de fazer o que querem. As histórias são contadas por elas e protagonizadas por elas e suas ancestrais. Vemos poucos homens na comunidade, e a eles, elas pouco se referem.

A comunidade possui cerca de 50 famílias. Enclausurados entre cercas e estradas, não possuem espaço para fazerem roça. Após a retomada do que chamam de Centrão, iniciaram lá a roça, onde plantam arroz, feijão, milho, abóbora, fava, melancia, entre outras coisas. Criam também galinha e assim vão garantindo o sustento da comunidade, tendo o coco de babaçu como de fundamental importância na economia familiar.

O “Centrão” de tudo

Uma das piores formas de se tentar matar um povo é lhe negar o direito à sua memória, e isso pode ser feito de diversas formas. “Nós nunca tivemos aqui um cemitério... nossos mortos foram sendo enterrados na cidade ou em pedaços por aqui, onde fosse possível... Nas terras que

DE COCO BABAÇU

À EMANCIPAÇÃO: quebradeiras do Maranhão

sabemos que foram nossas e não sabemos como explicar como perdemos, o Centrão, nós sabemos que tem algumas pessoas enterradas lá, mas não sabemos quem são e os lugares mesmo”, contou dona Maria Celsa. A comunidade não sabe ao certo quando e como perdeu essa área, de quem são os corpos que lá foram plantados e em que anos, assim como não sabem explicar as outras áreas próximas que lhes foram tiradas em anos seguintes, sem explicação. Aos antigos podem lhes faltar memória por um importante condicionamento, o medo. As ameaças constantes que essas comunidades sofreram e sofrem, seguidamente, vão minando forçadamente suas memórias.

O Centrão dista cerca de 10 quilômetros da comunidade, caminho que as mulheres percorrem a pé para catar coco babaçu. A área também foi espremida entre cercas e estrada, mas possui muito babaçu. Por conta da distância, elas costumam catar e quebrar o coco lá mesmo, passam o dia, cozinham, muitas vezes com as crianças junto, e retornam com as castanhas e o carvão. Um dos latifundiários próximo da área chegou a colocar novamente uma cerca, mesmo após a retomada do território, feita há um ano, para impedir o acesso ao Centrão. As próprias mulheres tiraram a cerca. Ele não voltou a colocá-la.

As mulheres chegam a quebrar uma média de seis a oito quilos de coco babaçu por dia, cada uma. Elas contam que antes da criação da Associação, quando ainda tinham receio de acessar os babaçuais dentro das cercas, chegaram a arrendar as terras para poderem catar os cocos de babaçu. Pagavam em média mil e quinhentos reais pelo arrendamento, o que era assumido por no máximo três mulheres por vez. E mesmo assim, o acesso aos pés de babaçu era limitado. Um modelo exploratório totalmente incompatível com a realidade dessas comunidades. Elas pagavam por medo um valor que muitas vezes mal conseguiam juntar, em um período que a amêndoa do coco babaçu no mercado era vendida a vinte centavos o quilo. Elas lembram com tristeza desse período.

“Era muita humilhação. A gente era muito humilhada. Tinha que pagar para pegar o coco e mesmo assim tratavam a gente como se a gente fosse roubar algo, e a



Foto: Thomas Bauer - CPT/Bahia

gente só catava o coco, não fazia mais nada nas terras”, lembra dona Maria Celsa. Dos 50 anos de vida, 43 foram catando coco e faz questão de reforçar “sou quebradeira de coco e tenho muito orgulho de dizer isso!”. Hoje não pagam o arrendamento e a amêndoa chegou a ser vendida a três reais o quilo. Agora está mais ou menos R\$ 2,50, o preço varia de região para região. Mas não reclamam, dizem que a vida está boa. Um sonho de dona Maria Celsa é ver a lei do babaçual livre aprovada. “Ah, o meu sonho é esse, ver essa lei aprovada. Ver que a nossa luta deu resultado e que a lei vai estar valendo”.

Os fazendeiros estão desmatando a região e plantando capim para fazer pasto. As quebradeiras veem com preocupação esse novo cenário. “Derrubaram as árvores que tinham aqui, as frutas que tinham aqui, agora plantam esse capim e ele fica muito alto. Quando a gente vai entrar na mata ele atrapalha, esconde as cobras e o ‘pelinho’ dele quando pega nas pernas coça muito. Às vezes o ‘pelinho’ voa e entra dentro das nossas casas e é uma coceira só”. Além disso, como contou Francisca Sheila, a comunidade se sente aprisionada com tantas cercas em volta de seu território.

As ameaças são constantes. Quando não contra a vida, contra o território das quebradeiras. Os fazendeiros insistem em expandir a cerca, a cada renovação dela, alguns metros são perdidos nos territórios da comunidade. Ao mesmo tempo, tudo o que a comunidade constroi em seu benefício, vira alvo do interesse deles. Em dezembro de 2016 foi realizado no Centro dos Pretinhos, o Encontro da Teia dos Povos Tradicionais. Para essas mulheres foi um marco em suas trajetórias. Elas puderam ouvir que elas não estão sozinhas na luta. Elas não são apenas sete quebra-

deiras de coco, elas são milhares, pois são parte dessa teia dos povos e a luta é feita por todos e todas, e para todos e todas. “Foi a melhor coisa que aconteceu aqui!”, disse Sheila. Para o Encontro foi construído um grande barracão para abrigar as atividades. O espaço vai poder satisfazer outros anseios da comunidade, como a possibilidade de criação de um local para abrigar a memória das quebradeiras de coco, que querem deixar sua história e seu legado para a comunidade, independente se a atividade da quebra do coco deixe de existir ou não.

As 60 famílias da Comunidade Cajá, na Vila São Pedro, também enfrentaram e enfrentam as mesmas dificuldades das demais. Apesar disso, repetem que hoje a vida é melhor. Antigamente, sem

o acesso livre ao babaçual, precisavam arrendar dos fazendeiros a área onde ficavam as palmeiras. Pagavam valores absurdos para a realidade que viviam. As mulheres lembram com muita tristeza desse período. Era um tempo de muita humilhação, como dizem. “Não vou entrar na sua casa para pegar um quilo de sal que seja, ou qualquer outra coisa para roubar. Mas o coco eu tenho que apanhar para criar meus três filhos. Não estou roubando nada!”, falou uma delas. Como disse Francisca Sheila, “já conseguimos fazer o mais importante, que foi derrubar a cerca na nossa mente e nos nossos corações. Conseguimos tirar essa ideia de que nós estávamos erradas e fazendo algo errado. Esse foi o passo mais importante que demos”.

O que diz a legislação sobre o acesso ao babaçu?

A partir da luta das quebradeiras de coco, o poder Executivo se mobilizou para tentar fazer com que o legislativo agisse e atendesse às necessidades dessas mulheres e das comunidades das quais elas fazem parte. Em 2003, foi criado um projeto de lei que, resumidamente, estendia a Lei do Babaçu Livre para toda a área dos babaçuais e ainda previa a proibição da derrubada da palmeira nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Mato Grosso e Goiás. O projeto, número 747-A, era de autoria da deputada federal Terezinha Fernandes (PT-MA) e acabou sendo arquivado em janeiro de 2007. No mesmo ano o deputado federal Domingos Dutra apresentou o projeto de lei 231-B, com o mesmo teor do de Terezinha. Ele acabou tendo o mesmo destino e foi arquivado em 2015.

Na contramão da esfera federal, nos estados a legislação avançou um pouco mais. Lago do Junco foi o primeiro município do Maranhão que contou com uma lei do babaçu livre, aprovada em 1997. No total, 13 cidades de três estados (oito no Maranhão, quatro no Tocantins e um no Pará) também editaram leis municipais com base no livre acesso aos babaçuais. A lei garante às quebradeiras de coco e às suas famílias o direito de livre acesso e de uso comunitário dos babaçus, mesmo se esses estiverem dentro de propriedades privadas, além da restrição quanto à derrubada da palmeira.

“O que mais incomodou os poderes do governo estadual, tanto na esfera

do legislativo, do executivo, quanto do judiciário, foi o empoderamento dessas comunidades. Nós fizemos muito trabalho de formação, de conscientização e isso, consequentemente, ajudou as pessoas a entenderem, compreenderem e se apropriarem do discurso sobre os direitos que elas possuem, sobre o lugar que elas ocupam na sociedade. Nunca essas comunidades haviam ocupado a Câmara Municipal, nunca elas haviam estado nesse espaço, que é delas, é do povo. E isso incomodou... incomodou muito os poderes locais”, relatou Márcia Palhano, da CPT. Por causa desse trabalho, tanto ela quanto outras pessoas que acompanhavam as quebradeiras de coco, passaram a sofrer ameaças de morte constantes na região. Márcia chegou a sofrer uma agressão física ao acompanhar o grupo de quebradeiras em uma audiência pública para discutir a Lei do Babaçu Livre.

Sob a proteção da grande mãe palmeira, o babaçu, as mulheres conseguiram encontrar sua perspectiva, a força da união deu a elas as ferramentas de luta de que precisavam. Há um longo e duro caminho a ser percorrido, mas a certeza que elas têm é que vão continuar caminhando, juntas, e quebrando coco.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Os ruralistas atacam por todos os lados

ANTÔNIO CANUTO*

As comunidades rurais, neste 2018, continuam a sofrer violência e agressões dos que se consideram donos da terra e não querem reconhecer os direitos dos camponeses e camponesas.

Violência que se concretiza em expulsão das famílias, em medidas judiciais, chegando ao assassinato. Mas é, sobretudo, uma violência alimentada em Brasília.

Expulsão de famílias

Na madrugada de 28 de julho, cerca de 20 pistoleiros contratados pela família Saldanha, invadiram o acampamento Hugo Chaves, do MST localizado nos limites da Fazenda Santa Tereza, município de Marabá, no Pará. Por cerca de uma hora aterrorizaram as 450 famílias que lá se encontravam. Dispararam tiros, espancaram pessoas, roubaram celulares e dinheiro, queimaram documentos pessoais, utensílios, motos e carros. Pela forma da ação, não se pode duvidar da participação de policiais civis e militares.

Fazenda resultado de fraude

O título de propriedade, expedido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) para esta fazenda, é resultado de uma fraude grosseira. Não foi observado o prazo para resgate dos títulos de aforamento, não houve aprovação da transferência de aforamento e três pareceres informavam que a área não correspondia a área do título de aforamento. Apesar disso e de a lei proibir a regularização de imóveis onde há conflito social e de ter havido desvio de finalidade do aforamento e exploração irregular das áreas de reserva legal e de preservação permanente, o ITERPA expediu o título para o fazendeiro.

Conquista ameaçada

As 96 famílias do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Nova Conquista II, no município de Novo Mundo (MT), assentadas pelo Incra em abril deste ano, a partir de junho passaram a viver em sobressalto. Isto porque o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região emitiu uma decisão favorável a um fazendeiro o que pode provocar o despejo de todas elas. O assentamento



foi efetuado depois de um acordo entre a União (AGU) e os fazendeiros que reivindicam a área, já reconhecida de domínio da União.

Em nota de 18 de junho, a CPT de Mato Grosso diz que “assusta a decisão da desembargadora Daniele Maranhão, que num recurso anterior de um dos fazendeiros (José Iris de Souza Nunes) negou o pedido, alegando o fato da União ser proprietária do imóvel e, agora, aceita o recurso do fazendeiro Geraldo Moraes, em detrimento do direito coletivo das famílias na mesma área da União.”

Polícia mata

No dia 25 de julho, na linha 29 do Distrito de Nova Dimensão, região de Nova Mamoré, Rondônia, numa área de terra da União, onde há três anos 105

famílias estão acampadas, uma ação policial resultou na morte de dois trabalhadores sem-terra TIAGO CAMPIN DOS SANTOS e ADEMAR FERREIRA, e ainda, de um policial JOÃO BATISTA DA COSTA FILHO. Um sem-terra baleado conseguiu fugir, foi socorrido e hospitalizado. A CPT Rondônia denunciou a ação como totalmente ilegal, pois aconteceu sem mandato judicial, sem os esquemas de apoio que uma ação destas requer, no fim da tarde, e os policiais chegaram sem anúncio formal da ação, surpreendendo os trabalhadores acampados com tiros.

A área em questão é grilada pelo Sr. Jorge Bispo, envolvido com a extração ilegal de madeira e que mantém milícia armada no local. Como sempre a Polícia Militar tentou justificar a ação divulgando versões diferentes para o fato e acusando os assassinados de bandidos.

Gleba Tauá – mais de 30 anos de resistência

A comunidade camponesa Tauá, município de Barra do Ouro (TO), durante o mês de julho, foi atacada por pistoleiros que destruíram casas e roças. Mesmo sendo filmados, os agressores cortaram com motosserra e jogaram ao chão um barraco de madeira e palha. Na gleba, grilada por Emilio Binoto, empresário catarinense, já foram desmatados perto de 11 mil hectares. As cerca de 22 famílias tradicionais que vivem ali há mais de 50 anos e outras 66 que a elas se juntaram, estão ilhadas e encurraladas pelo desmatamento e pela violência dos funcionários do sojeiro-grileiro.

Uma longa história

Desde 1984 as famílias vivem este conflito, quando Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT) arrecadou 17,7 mil hectares de terras públicas, desconhecendo as populações que ali viviam e trabalhavam, que passaram a ser ocupadas por especuladores do sul. Os camponeses, porém, resistiram a tudo e no início deste ano, o Incra publicou portaria criando dois assentamentos. Em agosto de 2017, o juiz da Comarca de Goiatins, havia determinado realização de perícia judicial para identificar quem de fato tem a posse das terras, quais as benfeitorias, quais são áreas da União. Mesmo assim as agressões continuam.

Trabalhador assassinado

No dia 1 de agosto, o trabalhador rural JUVENIL MARTINS RODRIGUES, conhecido como Foguinho, 59 anos, uma das lideranças da ocupação da Fazenda Pontal, no município de Santa Maria das Barreiras, Pará, foi assassinado a tiros. A fazenda, às margens do Araguaia é terra pública, ocupada desde 2014 por 70 famílias sem-terra. De repente, em 2016, dois latifundiários se apresentaram como proprietários de 500 alqueires e passaram a ameaçar, queimar benfeitorias e expulsar famílias. Depois de muitas tentativas, somente em julho de 2017, o MP de Conceição do Araguaia, recebeu as denúncias. Juvenil relatou as ameaças que ele e os companheiros José do Milton e João do Novo Acordo sofriam. Outros fazendeiros também se disseram donos de parte da área, mas não conseguiram apresentar provas à justiça do seu suposto direito de “posse”. Mais um caso de grilagem e violência, práticas comuns dos latifundiários do sul do Pará.

Brasília alimenta violência

Expulsões e assassinatos não satisfazem os ruralistas. No dia 15 de agosto, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a conhecida bancada ruralista, procuraram o ministro da Justiça, Torquato Jardim. Para que?

- garantir que o parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União que adota a tese do marco temporal para demarcação de terras para povos tradicionais, seja mantido.
- que sejam suspensos todos os processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas com base na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), adotada pelo governo Lula.

Segundo os ruralistas esta política afronta a ordem e segurança, além de violar a garantia à propriedade privada e a dignidade humana.

Dá para entender?

*Colaborador do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

FORMAÇÃO CONTÍNUA

CPT realiza Curso de Formação de Agentes em polos estratégicos

Sob o tema “Educação e Diversidades Camponesas”, equipes da CPT de diversas regiões iniciam atividades de formação e debatem questões específicas de cada localidade.

MÁRIO MANZI*

Com o intuito de fortalecer a missão da CPT como instituição com presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, o Curso de Formação de Agentes começou a ser realizado dividido por polos regionais. A experiência, que se propõe como prévia a de grandes regiões, traz como importante argumento descentralizar a formação, de modo a contribuir com a diversidade da Instituição, segundo a realidade das localidades onde são realizadas.

Sob o tema comum a todas as realizações “Educação e Diversidades Camponesas”, no mês de abril foi iniciada a formação para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Cerca de 25 agentes participaram desta primeira etapa do processo de formação.

Regionais de estados do Norte e do Nordeste do país iniciaram as atividades dos Cursos no mês de julho. Envolvendo os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, a região Nordeste reuniu cerca de 30 agentes para esta primeira etapa, iniciada no dia 10 daquele mês.

O Curso de Formação de Agentes das CPT's de parte da região Norte também foi iniciado no mesmo mês de julho. Participaram das atividades 29 agentes pastorais, provenientes dos estados de Roraima, Mato Grosso, Amazonas, Acre e Rondônia.

Já os estados de Pará, Maranhão, Tocantins e Amapá, envolveram por volta de 20 agentes que estiveram presentes na formação realizada no mês de setembro.



Foto: CPT Juazeiro

Propostas

A agente pastoral da CPT Nordeste 2 e integrante da Comissão Nacional de Formação da entidade, Vanúbia Martins, destaca que a formação de agentes é um processo contínuo. “É um curso que tem conteúdos que são próprios da CPT, tem a história da formação do campesinato no Brasil, mas também a metodologia do ser CPT, para que possamos ter mais formadores nas bases, nas equipes, no país inteiro”, ressalta. Para Tatiana Gomes, assessora da CPT, esta é uma iniciativa de relevância, pois articula organizações populares e o saber acadêmico. Nas palavras dela, a proposta “possibilita que o espaço da universidade seja arejado por outros sujeitos e atores que tradicionalmente não estão nestes espaços”, comenta.

Foto: CPT Juazeiro

O curso tem como objetivo comum “oferecer oportunidade de formação em Educação e Diversidade Camponesa; possibilitar aos agentes sociais que atuam em áreas de conflitos, principalmente os vinculados com as pastorais sociais, de todas as regiões brasileiras um espa-

ço/ambiente de formação e de pesquisa acadêmica sobre a diversidade camponesa; contribuir para a continuidade da experiência de 43 anos de formação da Comissão Pastoral da Terra, sempre numa confluência entre o embasamento teórico, a análise detida da realidade sócio-política brasileira e a observação



Foto: CPT Rodônia

do cotidiano de vida e de trabalho dos grupos acompanhados; aprofundar a experiência de relação da UFG com as demandas sociais, especialmente as demandas apresentadas pelos agentes coletivos legitimamente dedicados à formação e à organização social e política da sociedade brasileira.”

A metodologia do curso, conforme esclarece o coordenador da CPT, Paulo César Moreira, foi definida em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG). Para ele, a divisão em polos “surge

para descentralizar a formação e atingir ainda mais agentes, o que confere autonomia e fortalece o papel e as ações de agentes pastorais e regionais”. Ele classifica a formação como “uma dimensão prioritária para a CPT”, uma vez que envolve um processo de conscientização e criação de conhecimento.

Objetivos

Com objetivos que convergem para uma iniciativa nacional, o intuito é que as formações, nessa organização de distribuição em polos, culminem no Encontro Nacional de Formação 2019, envolvendo os aspectos específicos de cada localidade, com problemas vividos em cada região, de forma a reforçar o protagonismo regional.

Esta proposta de experiência em polos, ainda conforme Paulo César, ultrapassa a divisão em grandes regiões que a CPT segue. A iniciativa foi tomada, conforme explica, após avaliação estratégica de envolvimento com as regiões. As estratégias de implantação e metodologia também foram então desenvolvidas por meio de parceria da CPT com a UFG.

A decisão em dividir em polos a formação decorreu após dificuldades encontradas no âmbito do processo nacional, por vezes considerado excludente nesse formato unificado. Além da importância em fortalecer a parceria com universidades, esta proposta de formação reflete sobre temas básicos e fortalece as ações locais da CPT. Um dos principais pontos indicados e que favorece a realização descentralizada do processo são as discussões acerca de problemas oriundos das estruturas fundiárias em cada região, que recebem, nesta proposta, maior atenção.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT com informações da Comunicação CPT Juazeiro.



RETROCESSOS

Brasil novamente no Mapa da Fome?

Em 2018, exatos quatro anos após o Brasil sair do Mapa da Fome, estudos voltam a destacar a possibilidade de o país voltar a integrar essa estatística. Para denunciar essa problemática, 102 pessoas saíram pelo país na Caravana Semiárido Contra a Fome.

ELVIS MARQUES*

Já são três anos consecutivos que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO, registra o aumento no número de pessoas que passam fome no mundo – o dado subiu de 815 milhões de pessoas, em 2016, para quase 821 milhões em 2017. “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2018”, recente relatório divulgado pela agência da ONU, revela que, no ano de 2017, uma em cada nove pessoas no mundo foi vítima da fome. Apenas na América Latina e no Caribe são cerca de 39,3 milhões de pessoas vivem subalimentadas.

A Mapa da Fome é um instrumento que a FAO, através de um indicador chamado “prevalência da subalimentação”, consegue dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional. Desde 1990 o mapa mostra o número no mundo de pessoas subalimentadas e quais regiões obtiveram progressos e deixaram essa condição. Quando o indicador está acima de 5%, o país está dentro do Mapa da Fome, e quando fica abaixo de 5%, o país sai do mapeamento, o que ocorreu no ano de 2014 com o Brasil.

Também se soma a isso o relatório “Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável” produzido pelas organizações GESTOS – Soropositividade, Comunicação e Gênero e o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS). O documento, apresentado em 2017, mostra o desempenho do Brasil no cumprimento dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Uni-

dades (ONU), e aponta, também, o risco de o país voltar ao Mapa da Fome.

Um dos pesquisadores que participou da elaboração do relatório, o economista Francisco Menezes, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), listou, em entrevista ao portal Nexo, à época, alguns fatores, principalmente entre os anos de 2015 e 2017, que contribuem para um possível retorno do Brasil ao Mapa da Fome, como a alta taxa de desemprego, o avanço da pobreza, o corte de beneficiários do programa Bolsa Família e aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do congelamento de gastos públicos por até 20 anos.

“É no Semiárido que a vida pulsa. É no Semiárido que o povo resiste” – Cristina Nascimento.

Proposta pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e com objetivo de denunciar a possibilidade de o Brasil voltar a figurar esse mapeamento da FAO, no dia 27 de julho a Caravana Semiárido Contra a Fome partiu da cidade natal do ex-presidente Lula (PT), Caetés, em Pernambuco. A partir daquele momento, 102 pessoas percorreriam mais de quatro mil quilômetros, passando pelos municípios de Feira de Santana (BA), Belo Horizonte (MG), Guararema (SP), Curitiba (PR) e, por último, Brasília (DF). “Infelizmente, os retrocessos nas políticas públicas nos levaram a fazer essa caravana, a gente sempre diz que não era o nosso sonho fazer uma ação dessas, pois claro que não queríamos a volta do fome para o nosso país”, explicou Cristina Nascimento, que contribuiu com a organização e coordenação da caravana.

Foto: Elka Macedo - ASA



ENTREVISTA

Cristina Nascimento é coordenadora do Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (Cetra), sediado em Fortaleza (CE), organização não-governamental que há 37 anos atua no estado na agricultura familiar, convivência com o Semiárido e agroecologia.

Como foi a experiência de participar da Caravana Semiárido Contra a Fome diante da conjuntura política que nosso país vive?

Participar dessa Caravana, para mim que tem uma formação em Assistência Social e minha militância é pela convivência com o Semiárido, foi algo muito bonito. Chamarmos a sociedade para conversar e dialogar e trazer a reflexão crítica da realidade que a gente vive, isso foi fundamental e nos alimentou muito com a certeza de que nós construímos estratégias no Nordeste de combate à fome, de convivência com o Semiárido, e nós sabemos que a fome é algo que não pode mais voltar.

E em Curitiba, onde o presidente Lula está preso, para nós foi a maior expressão da falta de democracia e da injustiça em nosso país, e a caravana também passou lá para dizer que nossa fome não é só de comida, mas também de democracia e de justiça.

A caravana ocorre em um momento em que o povo brasileiro tem perdido diversos direitos, e que, também como consequência, o Brasil corre o risco de voltar ao Mapa da fome. O que representa essa ação neste cenário?

Muitas vezes a gente acha que a fome é algo que está distante da gente, mas é só sair de casa que a gente vê como a situação de miséria está presente em nosso cotidiano. O Semiárido, por exemplo, foi a região em que a gente mais avançou na questão do combate à fome, isso a partir do acesso às políticas sociais, a partir da captação de água para uso humano e para produção de



Foto: Arquivo Pessoal

alimentos agroecológicos. Saímos pelo Brasil para falar disso e debater, porque não dá para a gente apenas ver os retrocessos acontecendo. Essa crise foi construída porque o povo saiu do orçamento do governo brasileiro, e o impacto do golpe foi na classe trabalhadora.

Inclusive a gente fez um documento junto com o Consea [Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional] que foi protocolado junto aos ministros do STF [Supremo Tribunal Federal] colocando que o direito à alimentação é um direito constitucional e a PEC do congelamento dos gastos públicos, assim como os cortes no orçamento que já foram feitos em 2018, são atentados à vida do povo brasileiro.

Por fim, após todos os dias de caravana, o que mais te marcou, Cristina?

Acho que o primeiro ganho foi a nossa união no campo popular e clareza de que o projeto que nós queremos para o país não é o da fome, mas é um projeto de vida digna e de fartura. E o nosso principal ganho, que avaliamos esses dias, foi que a fome é uma pauta que estava invisibilizada e a gente trouxe para sociedade, para os movimentos, e também para o próprio governo e para o Congresso Nacional.

Leia a entrevista completa no site da CPT: www.cptnacional.org.br



Após mais de dois anos do assassinato da militante indígena Berta Cáceres, teve início, no dia 17 de setembro, em Tegucigalpa, capital de Honduras, o julgamento de seus possíveis assassinos.

Berta Zúñiga, uma das filhas da líder hondurenha, declarou que espera que os executores do crime sejam condenados neste julgamento e que, a partir dele, sejam encontrados os mentores do assassinato de sua mãe. Até o momento, oito pessoas estão envolvidas no crime.

Entre os detidos encontram-se pistoleiros, militares e representantes da empresa Desarrollos Energéticos (DESA), responsável pelo projeto hidrelétrico Agua Zarca, ao qual a líder indígena sempre se opôs, organizando uma resistência ativa contra o empreendimento.

Os dois representantes da DESA que estão presos pelo assassinato de Berta Cáceres são Sergio Rodríguez, gerente de

Honduras: começa o julgamento do assassinato da líder comunitária Berta Cáceres

assuntos comunitários e ambientais da empresa no período que corresponde ao assassinato da ativista, e Douglas Bustillo, chefe de segurança da companhia entre 2013 e 2015.

Antes de ser assassinada, Berta Cáceres já havia denunciado as ameaças e intimidações por parte dos funcionários da DESA à justiça e a órgãos de segurança do país.

Em março de 2018, o presidente-executivo da DESA, Roberto Castillo, foi detido, acusado de ser o mentor do crime e enfrentará um julgamento à parte.

Apesar do início do julgamento, os familiares da militante apontam que há mais pessoas envolvidas no assassinato e que as autoridades não ampliam a investigação porque há o envolvimento de funcionários de alto escalão da empresa e do próprio governo de Honduras.

Em agosto, a família também denunciou que a investigação apresenta diversas irregularidades, pois o Ministério Público e o Estado de Honduras têm ocultado detalhes sobre a investigação, se



Foto: Aida Américas

negado a apresentar provas ou dar informações completas.

Na ocasião, Berta Zúñiga declarou que isso se deve à influência da empresa envolvida no crime no país e na região.

Devido à denúncia de irregularidades na investigação do caso, o julgamento será acompanhado por uma comissão de especialistas em direitos humanos provenientes de oito países.

Berta Cáceres foi assassinada a tiros no dia 3 de março de 2016, em sua casa, na cidade de La Esperanza, no oeste do país. (Fonte: teleSUR | Tradução: Luiza Mançano / Brasil de Fato)

Queda do salário real dos trabalhadores argentinos chega a 16% com crise econômica

De acordo com dados divulgados no dia 19 de setembro pelo programa de Capacitação e Estudos sobre Trabalho e Desenvolvimento (Cetyd) da Universidade de San Martín, o poder de compra dos trabalhadores da Argentina sofrerá uma queda entre 7% e 16% até o final de 2018.

Segundo os especialistas do Cetyd, os trabalhadores do ramo da construção civil serão os mais afetados, podendo ter seu salário real diminuído em 16%. Um dos motivos seria a interrupção da cons-

trução de obras públicas previsto no acordo financeiro com o FMI, afirma o núcleo de estudos.

Os empregados do setor público, alimentação, têxteis e de segurança privada vem logo em seguida, podendo chegar a 15% de diminuição de seu poder aquisitivo.

Para o Cetyd, “uma contração importante no poder aquisitivo da massa salarial não afetará apenas as condições de vida dos trabalhadores e suas famílias, mas também provocará graves consequ-

ências para uma parte significativa de empresas cujo nível de produção depende diretamente do consumo interno”.

Crescimento

O PIB da Argentina recuou 4,2% no segundo trimestre de 2018 em relação com o mesmo período

do ano passado, divulgou, também no dia 19, o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec) do país. De acordo com o órgão oficial argentino de estatísticas, em comparação com o primeiro trimestre de 2018, o índice recuou 4%.

No final de agosto, o governo de Mauricio Macri pediu um auxílio financeiro ao FMI e elevou a taxa de juros do país 45% para 60% ao ano.

OCDE

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou, no dia 20 de setembro, um relatório sobre as perspectivas de crescimento da economia mundial para os anos de 2018 e 2019. Segundo a organização, o pior índice registrado foi o da Argentina, com um retrocesso de 1,9% no índice de crescimento econômico.

Para 2019, a OCDE, que havia previsto em maio deste ano um crescimento de 2,5% para o país no próximo ano, estima que a economia argentina crescerá apenas 0,1%. (Fonte: Opera Mundi)

Países latino-americanos condenam intervenção militar na Venezuela

O Grupo de Lima, que reúne países latino-americanos incluindo o Brasil, condenou qualquer ação ou declaração que “implique uma intervenção militar ou o exercício da violência, a ameaça ou o uso da força na Venezuela”. A declaração do bloco foi divulgada após o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, ter afirmado que não se pode descartar uma ação militar para tirar Nicolás Maduro do poder.

Além do Brasil, apoiaram a manifestação os governos da Argentina, Chile, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e de Santa Lúcia. O Grupo de Lima foi criado em agosto do ano passado para buscar uma saída pacífica à crise da Venezuela.

Na nota, disponível no portal do Itamaraty, os países reafirmam “o compromisso de contribuir para a restauração da democracia na Venezuela e para superar a grave crise política, econômica, social e humanitária que esse país atravessa, por meio de uma saída pacífica e negociada”. Para isso, comprometem-se a adotar ações baseadas no Direito Internacional.

O Grupo de Lima cobra do regime venezuelano o fim das violações dos direitos humanos, a libertação dos presos políticos, o respeito à autonomia dos poderes do Estado. Afirma ainda que o governo Maduro tem de assumir “a responsabilidade pela grave crise que a Venezuela vive hoje”.

O governo venezuelano anunciou que denunciará Almagro, nas Nações Unidas, por estimular a intervenção militar no país. (Fonte: Agência Brasil com informações da EFE)

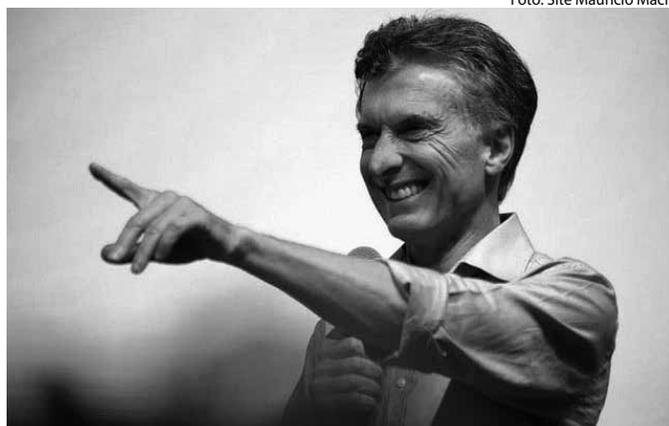


Foto: Site Mauricio Macri

PÁGINA BÍBLICA

O altíssimo não mora em casas construídas por homens

SANDRO GALLAZZI*

Na edição anterior passamos a acompanhar o caminho das primeiras comunidades. Um caminho repleto de conflitos. O Sinédrio queria impedir que se falasse no nome de Jesus. A sinagoga queria um tratamento diferenciado para os judeus, a eles se reservando a oração e a palavra, enquanto aos não-judeus se entregava a distribuição da sopa às viúvas. Estes foram nomeados diáconos. Terminamos a edição dizendo: “Só que um deles, Estevão, não se conforma com distribuir a sopa às viúvas, quer usar a palavra, exercer o ministério da palavra e começa a operar prodígios e sinais como os apóstolos e a discutir com outros judeus e prosélitos” (At 6,8).

Estevão acusado também de ser um blasfemador é levado ao Sinédrio para ser julgado. É importante o discurso de Estevão ao Sinédrio porque mostra que ele conhece com perfeição o que está anunciando. No capítulo 7 de Atos, Lucas coloca na boca de Estevão o que os cristãos assumiram do Antigo Testamento: a história começa com Abraão e continua mostrando as maravilhosas obras de Deus, até Davi e os profetas.

A conclusão é decisiva:

“Nossos pais tinham a tenda do testemunho no deserto, como Deus havia ordenado quando disse a Moisés que a fabricasse segundo o modelo que havia visto; nossos pais a receberam e introduziram sob o comando de Josué na terra conquistada aos pagãos, a quem Deus expulsou diante deles. Guardaram-na até os dias de Davi, que agradou a Deus e lhe pediu como favor construir uma casa para o Deus de Jacó. Contudo foi Salomão quem edificou este templo. Mas o Altíssimo NÃO MORA EM



CASAS CONSTRUÍDAS POR HOMENS!”

Os cristãos assumem toda a memória histórica do povo: os patriarcas, o êxodo, a sociedade tribal igualitária, até Davi; mas quando chega Salomão, param. Aqui a história toma um rumo diferente. Deus não mora em casas feitas por mãos dos homens. Estevão disse isso ao Sinédrio e aos saduceus. É um judeu, mas não reconhece nem o templo, nem os sacerdotes, nem as leis discriminatórias da sinagoga. E diz aos sacerdotes: “Entretanto vocês, homens de cabeça dura, endureceram seu coração, fecharam seus ouvidos, sempre resistem ao Espírito Santo igual seus pais. Que profeta seus pais não perseguiram? Eles mataram os que anunciaram a vinda do Justo, aquele que agora vocês traíram e assassinaram. Vocês receberam a lei e não a cumpriram”.

Estevão é o primeiro cristão perseguido depois de Jesus, condenado à morte, assassinado e executado como impuro pelas leis dos judeus. Mataram-no atirando pedras porque se o tocam com as mãos ficam impuros porque Estevão era impuro. O grupo vai crescendo, assumindo sua identidade no conflito. O conflito é fundamental para entender a

história deste grupo, o grupo de Jesus. Tomam distância do Sinédrio, do templo, da sinagoga, por isso não vai ficar de graça. Pedro vai “pagar” pelo que fez no caso dos sete diáconos. Ele que, até então, era o líder do grupo, ele que sempre falava pelo grupo, agora deve afastar-se de Jerusalém, andar com João pela Samaria, às margens do mar e na Galileia.

Quem vai ficar com a liderança em Jerusalém vai ser Tiago, não o apóstolo, mas o irmão de Jesus, de claras tendências farisaicas. Os prosélitos perseguidos se dispersam e “fazem crescer a palavra”. Lucas tenta esconder o conflito interno que, com certeza, não deve ter sido pequeno.

O conflito com a lei

Pedro é o responsável inicial também por este conflito. Contradizendo todas as regras, batiza a Cornélio, um romano, sem exigir que se circuncide antes, que se faça judeu. Esta pequena cirurgia em que se retirava um pouco da pele do pênis, era o sinal de pertença ao povo santo. E Pedro a ignora. Diante dos outros em Jerusalém, Pedro justifica sua conduta contando como o Espírito havia descido sobre Cornélio antes que ele terminasse de falar. Como podia negar-lhe o batismo, depois disso?

Tudo ficou resolvido e tomado como uma exceção. Mas quando Paulo faz desta prática sua maneira normal de agir, vai provocar a grande crise. Seja como for sentimos, por trás das palavras que a crise interna foi grande: O grupo de Antioquia, liderado pelos prosélitos, expulsos de Jerusalém, se abre aos gregos. Para lá vão Barnabé e Paulo, com uma prática nova, baseada no anúncio e no ensinamento. (At 11,19-26).

É uma comunidade diferente

da de Jerusalém. É nela que começa a ser usado o nome de “cristão”, mostrando aos gregos que o grupo não é um grupo judeu. A novidade é o fim das práticas discriminatórias, próprias do judaísmo que ainda eram defendidas por um grupo em Jerusalém, que é o chamado “grupo da circuncisão” e que Paulo chamará “grupo de Tiago”, identificando melhor o conflito. Outro sinal de um grave conflito interno o temos no capítulo 12 de Atos, por ocasião do martírio de Tiago, o apóstolo, o irmão de João, e da prisão de Pedro, feita por Herodes para “agradar os judeus”. Salvo de maneira milagrosa do cárcere, Pedro vai à casa de Maria, que é o lugar de oração comunitária.

“Contou-lhes como o Senhor o havia libertado da prisão e acrescentou: anunciem isso a Tiago e aos irmãos. Em seguida saiu e foi para outro lugar”. Por que Tiago e os irmãos, não estão mais com Maria? Por que Pedro não foi a Tiago diretamente? Por que está aparente clandestinidade? São perguntas que podem receber respostas simples, mas parece que há um clima tenso entre os três grupos que no capítulo 1 estavam tão unidos: os doze, as mulheres, os irmãos de Jesus.

A causa da tensão é justamente essa: o judaísmo continua sendo válido para o cristão, ou não? Começa uma tensão interna no grupo por causa do modelo farisaico de organização, muito popular e bem vista pelo povo. Para alguns é possível colocar a memória e o projeto de Jesus dentro da velha estrutura sinagoga. Para outros, não. Nos evangelhos sentiremos o reflexo deste conflito: “Ninguém coloca vinho novo em odres velhos, pois o vinho novo arrebentará os odres e se perdem o vinho e os odres. Não, para vinho novo, odres novos”. (Mc 2,22)

CELEBRAÇÃO

CPT Nordeste 2 completa 30 anos de vida junto aos povos da Terra

Encontro ocorreu no Seminário Arquidiocesano da Paraíba, situado em João Pessoa, entre os dias 11 e 13 de agosto.

MARILENE VIEIRA / DENIS VENCESLAU / EQUIPE DE COMUNICAÇÃO DA CPT NE 2

Em comemoração aos 30 anos de caminhada da Comissão Pastoral de Terra (CPT) Nordeste 2, foi realizado um grande encontro da família CPT, com agentes pastorais, agricultores/as e parceiros/as dos quatro estados que compõem o Regional, sendo eles: Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O encontro foi marcado pela emoção da mística da memória dos 30 anos de lutas pela terra, das Romarias e dos/as Mártires dessa caminhada. As/os facilitadores/as fizeram uma retrospectiva do surgimento da CPT, da repreensão da igreja nas arquidioceses, dos conflitos no campo e no Judiciário, que marcaram a história e a vida de muitas/os camponesas/es. Através dos relatos das/os agricultores e demais presentes, foi notório que nossa história é uma história VIVA, que nos alimenta e nos inspira a continuar ousando na luta pela terra e para permanecer nela com resistência.

O encontro foi um momento de, juntos/as, pensarmos para frente, pensarmos em propostas para um futuro próximo: com o trabalho de base fortalecido; com o trabalho de formação/revolucionário com jovens e mulheres; com a aplicação da agroecologia em todos os sentidos que ela pode significar; e, principalmente, sem perder o foco na luta pela terra/território, sendo esta a essência da CPT.

Memória

O assassinato da camponesa, trabalhadora e líder do movimento sindical da Paraíba Margarida Maria Alves foi lembrado durante as celebrações com muita espiritualidade e mística pelos camponeses no dia 12



Foto: Renata Albuquerque

de agosto, data que marca os 35 anos de seu assassinato. A banda Manegrafia iniciou o momento místico com os versos: “Margarida desejava ver o povo satisfeito, tendo salário, férias, tudo o que ele tinha direito!”

Margarida foi a primeira mulher presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB). Suas lutas foram muitas, mas algumas são lembradas aqui: garantir o registro na carteira de trabalho; jornada de 8 horas de trabalho diário; 13° salário e férias. Em discurso feito durante a comemoração do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora em 1° de maio de 1983, Margarida denunciou que vinha recebendo ameaças de morte e preferiu a sua frase mais marcante: “É melhor morrer na luta que morrer de fome”. Naquele mesmo ano ela foi assassinada com um tiro, em frente à sua casa.

Marcha

Já no dia 13 de agosto, uma missa foi realizada na Basílica Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa, em homenagem a Pastoral da Terra. Durante a celebração, o altar da Basí-

lica foi ocupado por alimentos produzidos pelas famílias camponesas e por uma cerca rompida, que simbolizaram a luta das comunidades pelo direito à terra e pelo direito de plantar e colher.

A convocação para a luta contra as desigualdades e injustiças e em defesa da Reforma Agrária deu o tom à celebração. A indiferença de grande parte da Igreja para com a situação de violência, desigualdade e injustiça no campo também foi criticada durante a celebração pelo padre Tiago Thorlby, um dos fundadores da CPT NE 2.

Padre Hermínio Canova, também membro da CPT desde a sua fundação, destacou a importância de a Pastoral fazer a memória de seus 30 anos. “Fazemos a memória do passado para viver o presente e acertar os caminhos para o futuro. Nesses 30 anos, fazemos a memória de todas as lutas difíceis, dos assassinatos, das prisões, dos sofrimentos que vivemos, mas também fazemos a memória de todas as alegrias pelas vitórias conquistadas. Por isso, estamos aqui também para agradecer”, afirmou.

Após a celebração, camponeses e camponesas saíram em caminhada

pelos ruas de João Pessoa. Empunhando bandeiras, cerca de mil e duzentas pessoas, homens, mulheres e crianças, vindas de diversas comunidades dos quatro estados nordestinos, entoaram palavras de ordem e canções que falavam de suas lutas e sonhos.

O camponês Severino Rodrigues, do assentamento Nova Canaã, em Tracunhaém (PE), viveu anos de luta para conquistar a terra em que hoje vive. Durante a caminhada, o trabalhador agradeceu à CPT por acompanhar toda a luta e resistência do grupo de sem-terra do qual fazia parte. “Viva a CPT! Que ela esteja firme e resistente, presente na luta dos/as camponeses/as, que colocam o alimento na mesa do povo brasileiro”, ressaltou.

Durante a caminhada, Tânia Maria, coordenadora da CPT Regional, destacou que “nada mais poderíamos fazer nesta celebração do que ocupar as ruas e dizer ao povo da cidade que nós somos camponesas e camponesas e queremos dar os braços para mudar essa sociedade injusta, queremos produzir alimentos saudáveis e combater o latifúndio. Nossas reivindicações são legítimas e justas. Terra para quem nela trabalha”.

A caminhada foi encerrada na Praça dos Três Poderes, localizada no Centro histórico da cidade e conhecida por ser palco de ocupações históricas de organizações sociais do campo na Paraíba. Na ocasião, o trabalhador rural Pedro da Silva Santana, do acampamento Mumbuca, em Murici (AL), conclamou os camponeses e camponesas para que não parassem a luta pela Reforma Agrária e que erguessem a cabeça para continuar enfrentando os desafios desta luta.

**Textos produzidos pelos/as agentes da CPT Nordeste 2 e editados pelo Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

Cultura

CERRADO



Começou com Dia Nacional do Cerrado, 11 de setembro. Hoje, muitas pessoas já celebram a Semana do Cerrado e até o mês. E as imagens nesta página trazem um pouco do que foram os eventos de anúncio e também denúncia em relação a esse bioma.

Agradecemos, por essas imagens e tantas outras, os fotógrafos e as fotógrafas pelos sempre belos e importantes registros do nosso Cerrado e de seus povos. Nesta edição, fotografias de Amanda Alves, Aline Mialho, Elvis Marques, Mariana Fonseca, e Thomas Bauer.

Fotos 1 e 2 – Semana e Romaria do Cerrado de Jaborandi (BA); Foto 3 – Romaria do Cerrado de Rondonópolis (MT); Foto 4 – O Grito e a Resistência no Cerrado, Cidade de Goiás (GO); Foto 5 – Oficina de aproveitamento da mandioca e Celebração do Cerrado na Comunidade Córrego Fundo (MT); Fotos 6 e 7– Semana e Romaria do Cerrado de Jaborandi (BA).

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
 Mala Direta
 Postal Básica
 9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA